



Ciberfeminismo: feministas tecem uma nova rede

Cyberfeminism: feminists weave a new network

Gabriela Vilela Palmeira Ferreira⁽¹⁾; João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima⁽²⁾

Página | 2263

⁽¹⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5378-11>; Gabriela Vilela Palmeira Ferreira; Universidade Federal de Alagoas, mestranda em Sociologia, BRAZIL, E-mail: jornalistagabrielapalmeira@gmail.com;

⁽²⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2744-0025>; João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima; Universidade Federal de Alagoas, Doutor em Sociologia, BRAZIL, E-mail: jvcostalima@gmail.com.

Recebido em: 29 de abril de 2020; Aceito em: 25 de maio de 2020; publicado em 10 de 07 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

RESUMO: A apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelas feministas produziram o chamado ciberfeminismo, um conceito com caráter polissêmico, atravessado pela história de apropriação e uso do mesmo. Realiza-se uma revisão bibliográfica sobre o conceito de ciberfeminismo por meio de autoras que possuem diferentes concepções, para costurar as diversas perspectivas aos estudos de caso de experiências ciberfeministas, e demonstrar o ciberfeminismo, na atualidade, como uma nova rede social tecida pelas feministas, constituindo uma mudança paradigmática.

PALAVRAS-CHAVE: Ciberfeminismo, Redes Sociais, Internet.

ABSTRACT: The appropriation of information and communication technologies by feminists produced the so-called cyberfeminism, a concept with a polysemic character and crossed by the history of appropriation and use of it. A bibliographic review of the concept of cyberfeminism is carried out by authors who have different conceptions, to stitch together the different perspectives to the case studies of cyberfeminist experiences, and to demonstrate cyberfeminism, today, as a new social network woven by feminists, constituting a paradigmatic change.

KEYWORDS: Cyberfeminism, Social Network, Internet.

INTRODUÇÃO

A revolução da tecnologia da informação tem impactado, de um lado, sobre a reestruturação capitalista, pela flexibilidade e instabilidade do emprego e individualização da mão-de-obra. De outro, tem-se a sociedade organizada em redes, perpassada por uma cultura da virtualidade dada por um sistema de mídia onipresente, e fortemente marcada por desigualdades sociais.

A integração global dos mercados financeiros é viabilizada pelos avanços na infraestrutura tecnológica com força para afetar a sociedade em seus processos de redefinição de papéis, das relações entre homens e mulheres, e da resignificação da família, das crianças e da sexualidade. Os sistemas e partidos políticos se desconectam dos cidadãos, fazendo que indivíduos e grupos reajam de forma fragmentada e localizada no esforço de reconstrução de suas identidades, que passam a ter nas tecnologias da informação os meios de reprodução de suas estruturas e significados em um processo aberto que desafia uma ordem dada de valores na cultura e na sociedade.

Nesse contexto, o feminismo se coloca como uma ação coletiva com um propósito e com vigor para transformar os valores e instituições da sociedade, pois sinaliza o *status* do ser feminino e os caminhos de sua transformação. Carrega uma crítica ao patriarcalismo para pontificar a diversidade das lutas feministas e seu multiculturalismo. No tempo presente, toda a infraestrutura de informação e comunicação otimiza a construção de redes locais e globais para a consecução do objetivo que é o de pôr fim à dominação masculina. As construções discursivas correspondentes são transpostas para as plataformas tecnológicas, redimensionando o processo de redefinição da identidade da mulher, ora afirmando a igualdade entre homens e mulheres, ora afirmando a especificidade do ser mulher e das práticas feministas como fontes de realização humana.

O termo ciberfeminismo tornou-se comum para explicar o atual processo de mobilização política das feministas. Seu significado pode ser estendido, inclusive, para caracterizar a dinâmica política da quarta onda do feminismo, segundo explicam Perez e Ricoldi (2018) quando apontam “que a principal característica da chamada quarta onda feminista é a atuação nos meios de comunicação digitais” (PEREZ E RICOLDI, 2018, p.02). Porém, nem sempre o significado de ciberfeminismo esteve atrelado à mobilização. Em um primeiro momento, o conceito de ciberfeminismo é utilizado para exprimir a atuação feminista na cibercultura por meio da criação de códigos, websites,

vários formatos de mídia, como jogos de computador feministas, baseados na *cunt art* (arte da “boceta”), instalações de vídeo, textos online e eventos.

Desde o Manifesto de Haraway (2000) à criação do coletivo VNS Matrix até às Internacionais Ciberfeministas, o ciberfeminismo foi ressignificado, ganhou diferentes sentidos e aportes. Esse artigo realiza uma revisão bibliográfica sobre as diversas perspectivas teóricas que envolvem o ciberfeminismo, com o intuito de abordar os diversos significados teóricos em torno do termo. Também realiza-se um estudo de caso descritivo, por meio da análise de três experiências ciberfeministas – coletivos VNS Matrix, OBN e #NiUnaMenos–, para inferir uma mudança paradigmática no ciberfeminismo, colocando-o na atualidade como uma nova rede social tecida por feministas. Para tanto, são observadas e comparadas a empiria e as trajetórias dos coletivos acima citados, por meio de material bibliográfico e entrevistas realizadas com as integrantes.

CIBERFEMINISMO: UMA ACEPÇÃO EM DEBATE

O ‘Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX’ (HARAWAY, 2000), lançando em 1985, foi a primeira expressão do que, posteriormente, seria denominado ciberfeminismo. Embora, o manifesto da bióloga e filósofa, Donna Haraway, não mencione a palavra ‘ciberfeminismo’, o conteúdo serviu para basear as primeiras experiências e parte das teorias ciberfeministas.

Nesse manifesto existe a ideia da descorporificação no ciberespaço, como um processo onde o caráter binário dos gêneros e a personalidade não existiria no ciborgue virtual. A partir desse princípio se desenrola a ideia de que “o ciborgue simula a política, uma característica que oferece um campo muito mais potente de atividades” (HARAWAY, 2000, p.63). Donna ainda acredita que a descorporificação ciborguiana pode representar uma identidade que

(...)assinala um espaço construído de forma autoconsciente. Sua capacidade de ação não pode ter como base qualquer identificação supostamente natural: sua base é a coalizão consciente, a afinidade, o parentesco político. Diferentemente da identidade “mulher” de algumas correntes do movimento das mulheres brancas estadunidenses, não existe, aqui, qualquer naturalização de uma suposta matriz identitária: essa identidade é o produto do poder da consciência de oposição (HARAWAY, 2000, p.49).

A matriz não identitária revela uma condição ontológica, já que “O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política” (HARAWAY, 2000, p.37). Esse viés idealista, que superestima o ciborgue e sua potencialidade política para o feminismo, corresponde, em certa medida, a uma análise veiculada a realidade social da mulher que está “(...) dolorosamente conscientes do que significa ter um corpo historicamente constituído” (HARAWAY, 2000, p.51). Mesmo que o ciberespaço apresente uma virtualidade, a desconstituição da identidade, gêneros e corpos não garantem a longo prazo a prática de um ciberfeminismo descorporificado como irá se explorar nas linhas abaixo.

O manifesto de Donna Haraway traz elementos interessantes para (re)pensar a relação do gênero com a tecnologia e, sobretudo, da apropriação da tecnologia pelos feminismos. Seu texto projeta de forma otimista, por meio do caráter ontológico do ciborgue, o ciberespaço como uma possibilidade de “(...) Não mais estruturado pela polaridade do público e do privado, o ciborgue define uma pólis tecnológica baseada, em parte, numa revolução das relações sociais do *oikos* – a unidade doméstica” (HARAWAY, 2000, p.39). Nesse contexto o ciborgue representa uma revolução no aspecto da vida privada da mulher, e parece resolver uma antiga questão dos feminismos tradicionais e socialista: a mulher – ou melhor, sua ausência – no espaço público.

Ainda assim, “O ciborgue está determinadamente comprometido com a parcialidade, a ironia e a perversidade. Ele é opositorista, utópico e nada inocente” (HARAWAY, 2000, p.39), esse aspecto subversivo do ciborgue concebido por Haraway servirá para basear a atuação ciberfeminista dos grupos VNS Matrix (VeNuS Matrix) e OBN (*Old Boys Network*). A projeção ontológica em torno do ciborgue, a subversão e ironia contido no mesmo, que se aproxima de um idealismo na relação entre mulher e tecnologia, abre caminhos para outras perspectivas teóricas.

A expansão das primeiras redes ciberfeministas ocorreu de forma fragmentada, pois o debate e concepção de ciberfeminismo aconteceu em vários territórios, sem passar necessariamente pelas Internacionais Ciberfeministas ou pela VNS e OBN. Isso significa que diferentes olhares teóricos se propuseram a explicar e conceituar o ciberfeminismo, a exemplo de Sadie Plant – que também juntava *cyber* e feminismo em seu livro ‘Zeros e Uns. Mulheres e as novas tecnologias’ (1997) – e Allucquère Rosanne Stone, ou Sandy Stone, artista e teórica – autora do livro *The war of desire and technology* (1997). Para Plant, a tecnologia seria essencialmente feminina. Já Stone produz sua teoria ressaltando como as comunidades virtuais modificam corpos, identidades e paisagens. Ambos os

livros serviram como referência para a Segunda Internacional Ciberfeminista. Dessa forma, percebe-se que a “OBN e o VNS Matrix são apenas duas de suas inúmeras manifestações, que tiveram atuação significativa durante a década de 1990. Inclusive, a OBN como uma coalizão, pretendia ser uma meta-rede para as ciberfeministas de diferentes partes do mundo” (LEMOS, 2009, p.82).

O livro *Zero e Uns: mulheres digitais* (1997), da filósofa Sadie Plant, tratará a tecnologia como um fenômeno feminino, demonstrando por meio do caso da matemática Ada Lovelace – primeira programadora e criadora do primeiro algoritmo que pode ser processado por uma máquina – como o desenvolvimento da tecnologia está atrelado ao feminino.

(...) And for all her apparent modesty, Ada knew how important her notes really were. "To say the truth, I am rather amazed at them; & cannot help being struck quite malgre moi, with the really masterly nature of the style, & its Superiority to that of the Memoir itself" Her work was indeed vastly more influential - and three times longer - than the text to which they were supposed to be mere adjuncts. A hundred years before the hardware had been built, Ada had produced the first example of what was later called computer programming (ZERO E UNS: MULHERES DIGITAIS, 1997, p. 8-9).

O fato de Lovelace ser a primeira programadora da história está imbuído de um tom premonitório sobre o futuro do ciberfeminismo associado, no imaginário de Plant, à tecitura dos fios pelas mulheres tecelãs, que desde os primórdios seriam responsáveis pela tecelagem das redes. A autora acredita que historicamente as mulheres tecelãs sempre estiveram envolvidas no processamento/feitura de redes, demonstrando também uma predisposição “nata” à descoberta – em uma digressão com base freudiana usada para explicar a natureza feminina – exemplificada pela descoberta da programação.

Spinning is "a perilous craft" wrote Mircea Eliade. "The moon 'spins' Time and 'weaves' human lives. The Goddesses of Destiny are spinners." When he looks at the seclusion of pubescent girls and menstruating women, often the occasion for the spinning of both actual and fictional yarns, he detects "an occult connection between the conception of the periodical creations of the world . . . and the ideas of Time and Destiny, on the one hand, and on the other, nocturnal work, women's work, which has to be performed far from the light of the sun and almost in secret. In some cultures, after the seclusion of the girls is ended they continue to meet in some old woman's house to spin together." And wherever spinning is ubiquitous, there is often "a permanent tension, and even conflict, between the groups of young spinning girls and the men's secret societies. At night the men and their gods attack the spinning girls and destroy not only their work, but also their shuttles and weaving apparatus. "If the psychoanalysts provide the only accounts of hysteria, the only records of the witch-hunting which swept three centuries of pre modern society are written by the hunters and from their point of view" (ZERO E UNS: MULHERES DIGITAIS, 1997, p. 70-71).

Ainda assim, Sadie utiliza o papel feminino durante a Segunda Guerra, como manipuladora de fios de redes telefônicas, computadores e códigos, para justificar uma suposta natureza feminina que converge para criação de redes e progamação de computadores. Para ela isso significa que“(...) *‘the mystery that woman represents in a culture claiming to count everything, to number everything by units, to inventory everything as individualities’*” (ZERO E UNS: MULHERES DIGITAIS, 1997, p.85).

Plant ainda acredita que a natureza feminina teria sido disciplinada pela sociedade patriarcal, pois *“Assembled as the organizing element of modernity's new regulatory systems, modern man was always a replicant, forged amidst the frenzy of disciplinary practices that made him the measure of everything (...)”* (ZERO E UNS: MULHERES DIGITAIS, 1997, p.98). O disciplinamento do gênero feminino, apesar de expor a dívida social da História com a contribuição das mulheres na Ciência, ocultada e vilipendiada por anos, revelam pressupostos analíticos essencialistas na concepção da relação entre mulher e tecnologia e ciberfeminismo. À medida que as contribuições teóricas sobre o ciberfeminismo começam a surgir, aparecem as primeiras experiências relacionadas ao tema, que também irão tentar uma conceituação. Destacam-se aqui duas experiências: VNS Matrix e OBN, que por meio das Internacionais Ciberfeministas buscaram conceituar o termo.

Em 1991, a VNS Matrix declara seu “manifesto boceta”, o Manifesto para o Século XXI (1991), onde se anunciam como o “(...) vírus da nova desordem mundial/ ruptura simbólica (...)”, “sabotadoras”, e afirmam que o “clitóris é um linha direta para a matriz *VNS Matrix*”, assim são “terminadoras dos códigos morais”, e por meio do ciberfeminismo permanecem “(...) se infiltrando, perturbando e disseminando e corrompendo o discurso/ nós somos o futuro”. Virginia Barratt, integrante do VNS Matrix, justifica o motivo da criação do grupo: “a paisagem tecnológica era muito seca, cartesiana, respeitosa. Era acrítica e esmagadoramente dominada por homens. Era um espaço masculinista, nomeado assim, e os guardiões dos códigos (culturais e logos) mantinham controle da produção de tecnologia” (EVANS, 2014).

Com a intenção de subverter esse cenário, a VNS começa a empregar ações ciberfeministas, imbuídas da cultura *geek*, *ciberpunk* e feminista, inspiradas pelo Manifesto Ciborgue (2009), de Donna Haraway. Para tanto, realizavam *outdoors*, jogos de computador, games, instalações de vídeo, *websites*, textos online, pornografia e códigos que subvertiam o patriarcado. A concepção de ciberfeminismo do VNS era ligada a uma perspectiva artística, irônica e tecnofílica. Já o objetivo da OBN (*Old Boys*

Network), em um primeiro momento, remete à ironia empregada nas ações do *VNS Matrix*, que visava um ciborgue descorporificado nas redes como pensou Haraway (2009). Ao longo das Internacionais Ciberfeministas, organizadas pela OBN, a *Old Boys Network* mudará sua compreensão sobre o ciberfeminismo.

Na “*First Cyberfeminist Internacional*”, ou I Encontro Internacional Ciberfeminista, em 1997, foram colocadas 100 Anti-Teses¹ acerca de uma (não) definição do conceito de ciberfeminismo, ou seja, o que não é o ciberfeminismo. As 100 Anti-Teses são resultantes de uma negação sobre o ciberfeminismo¹: 2. Ciberfeminismo não é uma declaração de moda; (...) 4. Ciberfeminismo não é não ideologia; (...) 12. Ciberfeminismo não é instituição; (...) 18. Ciberfeminismo não é um ismo; 19. Ciberfeminismo não é anti-masculino; (...) 22. Ciberfeminismo não é uma fronteira; (...) 24. Ciberfeminismo não é apolítico; (...) 79. Ciberfeminismo não é ficção científica; 80. Ciberfeminismo não é inteligência artificial (...). Então, essa indefinição funcionou “(...) como forma de manter livres as atuações e alinhamentos teóricos do grupo (LE MOS, 2009, p.79)”, e assinala a concordância entre as duas organizações, *VNS* e *OBN*, em indefinir o conceito de ciberfeminismo no I Encontro Internacional Ciberfeminista, demonstrando como ambas possuíam alinhamentos parecidos.

Em 1999, a II Internacional Ciberfeminista, *A Next Cyberfeminist Internacional* avançou na discussão política inaugurando um novo ciberfeminismo. “Concentra-se, assim, nas diferenças culturais, raciais e econômicas entre as mulheres diante dos avanços e transformações dessas tecnologias, ou seja, na perspectiva de conhecimento

¹ <https://www.obn.org/cfundef/100antitheses.html>

(...) *Cyberfeminism, it is imperative that we are precise in our formulation of common dissent. Cyberfeminism is (to a greater degree than the term feminism was or its offspring postfeminism or gender studies are) a speculation, a myth, a utopian idea, and a strategic construction. It is above all a discourse of feminist stubbornness in the posthuman age of global information and bio technologies. What we have in common first of all is a belief in the viability of this faith, which we attempt to anchor in the reality and in our daily lives. And since Cyberfeminism, like feminism, is a politically motivated, anti-phallogocentric idea, we need to formulate and marshal our understanding of politics in a more concrete way than we have done until now. We believe that Cyberfeminism, incorporating as it does the notion of diversity, is very much an issue of our time, a time of post-humanism and ongoing virtualisation in which words like subjectivity, identity, sex/gender, representation, agency, policy and discourse are undergoing redefinition. These terms are not obsolete, having served a useful purpose in embodied lives like our own; but they need to be re-constructed and acted upon again and again. Unlike approaches which assume that female resistance is already happening unconsciously in unknown, uncontrollable spaces, we insist on the idea of aware responsibility, reflection and of engaged motivation and intention (OBN, 1999, p.05).*

partilhado e coletivo” (DE FARIAS, 2015, p.56), e começa a pensar o ciberfeminismo a partir do que ele é

Na II Internacional Ciberfeminista se sobressai a necessidade do aspecto político no ciberfeminismo, porém as premissas utópicas e descorporificadas ainda prevalecem na aceção do termo. Posteriormente, o debate conceitual acerca do ciberfeminismo, passa a ser substituído pela necessidade de uma identidade teórica do termo. Essa foi uma questão abordada na III Internacional Ciberfeminista, a *Very Cyberfeminist Internacional*, que ocorreu em 2001.

(...)Ademais, foram tratados também temas bastante previsíveis, que outrora foram debatidos nas duas últimas conferências: rede, híbridos de mulher/máquina, ciborgue e biotecnologias, entre outras. Mas foi a ausência de mulheres de outras culturas e perspectivas que marcou o debate acerca da importância da diversidade ciberfeminista, direcionando um olhar para a necessidade da interseccionalidade reconhecendo as diferenças culturais e ainda a corporificação dessas mulheres que tem utilizado e/ou sido ‘atingidas’ pelas TICs (DE FARIAS, 2015, p.57).

A guinada na compreensão sobre o ciberfeminismo nas Internacionais Ciberfeministas exprime uma lógica que se reflete ainda na II Internacional Feminista, a *Next Cyberfeminist Internacional*, “*This is what we will work on in future and why we are building a network for and of similar and differing cyberfeminist approaches: our aim is to create pleasurable ways and means of resistance, and we intend to do it with the collaboration of our sisters*” (OBN, 1999, p.05). Na II Internacional Ciberfeminista, em 1999, já havia o interesse em encarar o ciberfeminismo e suas diversas abordagens, como a construção de uma rede com o objetivo de realizar uma forma de resistência e colaboração entre as mulheres.

As experiências da *First Cyberfeminist Internacional* (1997) e da *Next Cyberfeminist Internacional* (1999) demonstram a influência ainda do ciberfeminismo de Haraway e Plant, e conseqüentemente do ideário tecnofílico e descorporizado. Enquanto, a *Very Cyberfeminist Internacional* (2001) mostra um processo de autocrítica ao perceber as limitações utópicas diante da prática e teoria do ciberfeminismo. Para além do apelo teórico e prático das Internacionais, e as diversas vertentes conceituais

An early response to these conditions has been the emergence of the eclectic formation of cyberfeminism. In the last ten years, cyberfeminism has become a significant field in contemporary cultural practice. Cyberfeminist web sites and electronic publications have increased from a handful in the early nineties to nearly two thousand in 2002. Yet at present, cyberfeminism functions more as a label to grant currency to a panoply

of positions than as a political movement. The importunate question of feminism in cyberfeminism still haunts virtually every discussion of cyberfeminism. Heir to both postfeminism and poststructuralism, cyberfeminism has neither welcomed a definition nor a clear political positioning within feminisms. (FERNANDEZ E WILDING, 2002, p.18)

Embora Fernandez e Wilding (2002) afirmem que ainda não há uma posição política clara sobre o ciberfeminismo no feminismo, ambas irão, no artigo *Situar los Cyberfeminismo* (2002), diferenciar cronologicamente a partir das experiências, o ciberfeminismo entre velho e novo (Fernandez e Wilding, 2002).

Las ciberfeministas han comenzado a abrir el disputado territorio de Internet, usándolo para la investigación, el juego y el placer, así como para nuevas actividades feministas: campañas políticas, educación, crítica, intervenciones tácticas, alianzas activistas, y toda clase de colaboraciones, tanto locales como internacionales. El nuevo cyberfeminismo recién comienza a estudiar, difundir y desafiar los complejos efectos de la tecnología sobre muchos aspectos de las vidas de las mujeres, y a diseñar una política de presencia y corporización que insiste en el pleno combate con los discursos de tecnología y poder. Lo anterior delimita un territorio para un cyberfeminismo contestatario políticamente activo (FERNANDEZ E WILDING, 2002, p.08).

As diferentes visões, práticas e embasamentos se expõem quando observa-se os antagonismos entre o velho ciberfeminismo e o novo ciberfeminismo. Apesar da oposição entre ‘velho’ e ‘novo’, o lastro de alcance do ciberfeminismo, no sentido de tecitura de redes entre mulheres, poderá ser baseado e ampliado, de forma interseccional, com a apropriação das TIC’s (Tecnologias de Informação e Comunicação) pelas militantes feministas. Nesse sentido dicotômico,

O “Manifiesto de la Zorra Mutante” de VNS Matrix se transforma em um símbolo do que Alex Galloway denomina “ciberfeminismo radical” frente ao “ciberfeminismo conservador” que está situado na corrente liderada pelo grupo europeu OBS (Old Boys Network). Às duas categorias de Galloway é fundamental acrescentar uma terceira tendência até agora não considerada que assinalamos como “ciberfeminismo social” - seu desenvolvimento se produz historicamente em paralelo aos trabalhos de VNS Matrix e OBS e culmina com a conexão aos movimentos antiglobalização neoliberal e aos grupos de ativistas em defesa dos direitos humanos, estabelecendo pontes entre estes movimentos e o feminismo e proclamando o uso estratégico de novas tecnologias e do espaço virtual na transformação social (DE MIGUEL E BOIX in NATANSOHN 2013, p.57. Grifo meu).

O entendimento do ciberfeminismo como social, ou seja, ciberfeminismo social, resvala em outra percepção sobre a compreensão da virtualidade do ciberespaço – no sentido oposto ao descorporificado e sem identidade proposto por Donna Haraway e a VNS Matrix–, e agrega-o como potencialidade política para os feminismos, já que a

internet –os dispositivos a ela conectados, sua infraestrutura cibernética e digital– se lança como condição material para as redes feministas. A aplicação do conceito de ciberfeminismo social e a “migração” das feministas para internet, por meio dos correios eletrônicos que permitem a troca de informações e participações em tempo real, pode ser exemplificada na IV Conferência Mundial de Mulheres em Pequim, que inaugura esta nova interface entre as feministas:

Os primeiros passos se situam no debate, através de listas de correio eletrônico, das posições que os grupos de mulheres querem trasladar à IV Conferência Mundial de Mulheres (...). Pela primeira vez, e sem estar presentes fisicamente na China, mulheres de todo mundo puderam fazer o rastreamento online dos trabalhos da Conferência e expressar suas opiniões em tempo real (DE MIGUEL e BOIX in NATANSOHN, 2013, p.69).

Nessa perspectiva pode-se observar a integração do ciberfeminismo com a agenda feminista, dando um novo significado à aceção.

Por ello el ciberfeminismo debiera ser el intento de comprender y accionar cómo constituirse en sujeto político a partir de la crítica y la subversión de la tecnología. Esto se puede hacer de muchas y muy diversas maneras, desde el net-art hasta la utilización de la red como instrumento de movilización social y viral, pasando por las propuestas hackers. Y se puede hacer desde muy diferentes estrategias, desde la crítica más analítica o académica hasta la parodia o la rebelión lúdica (REVERTER, 2013, p.457).

Embora o discurso de descorporificação do ciborgue, tecnofílico e essencialista tenha atravessado as primeiras elaborações teóricas e experiências ciberfeministas, a evolução conceitual e prática, expandindo o virtual ao político no ciberfeminismo, mostra, portanto, como as relações de gênero na tecnologia e as TIC's podem ser incorporadas às pautas feministas, sobretudo gerando uma reconfiguração nas redes sociais feministas.

REDES SOCIAIS: UMA COMPREENSÃO SOBRE SUA TECEDURA

O conceito de ciberfeminismo social (DE MIGUEL E BOIX, 2013) fornece a oportunidade de compreender como as movimentações feministas, que se apropriam das tecnologias de informação e comunicação, geraram uma situação favorável à tessitura de uma nova rede social feminista.

Historically, waves of feminism have often accompanied technological expansion, and feminists have both embraced and contested technological developments. At the beginning of the twenty-first century the advancing global hegemony of U.S. information and communication technologies (ICT) – that make the overwhelming success of pan-capitalism possible – presents radically new challenges for feminist theory and practice (FERNANDEZ E WILDING, 2002, p.17-18).

Se a prática do feminismo pode ser desafiada diante das novas formas das TIC's, o ciberfeminismo foi a primeira resposta a essa demanda. O ciberfeminismo social expresso na IV Conferência Mundial de Mulheres em Pequim, na China, em 1995, tornou-se um marco ao demonstrar a capacidade do feminismo ao apropriar-se das TIC's, de expandir a articulação e mobilização das mulheres em prol da agenda feminista.

Vale lembrar que ainda nos séculos XIX, XX e nos primeiros anos do século XXI, os grupos feministas conservarão reuniões físicas, panfletagens, comícios, passagens em fábricas para agrupar e ampliar suas redes sociais. A presença física das militantes e ativistas ainda será vital para manutenção das pautas e chamadas para atos políticos. Para tanto, compreende-se que “A ‘rede social’ pode ser definida como um conjunto de nós ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou laços de um tipo especificado (CASTILLA; HWANG; GRANOVETTER; GRANOVETTER, 2000, p. 219)” (GRANOVETTER in BOVO, 2017, p.141).

As redes sociais constituem um vínculo fundamental para propagar o feminismo, uma vez que “Uma rede social significa um conjunto de atores que desenvolvem algum tipo de vínculo (chamado de laço), ao estabelecerem relações entre si. Trata-se de contatos com algum grau de regularidade (frequência), similaridade e especificidade (GRANOVETTER, 1973; STEINER, 2006; CARVALHO, 2002; RAUD-MATTEDI, 2005; SWEDBERG, 2004). Podemos dizer que a rede mostra a estrutura dessas relações (GRANOVETTER, 2007)” (GRANOVETTER in BOVO, 2017, p.141). Em um primeiro momento histórico, as redes sociais feministas foram constituída por meio da presença física e uma interação baseada em tecnologia analógica e eletrônica, como troca de cartas, produção de cartazes, telefonia, produção de jornais, fanzines e materiais gráficos impressos que propagassem e fizessem circular as ideias, angariando novas mulheres às organizações feministas, ou seja, às redes sociais feministas.

Contemporaneamente, na rede mundial de computadores, na internet, encontra-se uma nova possibilidade de rede social – eletrônica e, posteriormente, digital – traduzindo as

(...) redes de comunicação e interação que envolvem uma linguagem simbólica, limites culturais e relações de poder. Nos últimos anos surgiram como um padrão organizacional capaz de expressar, através da sua arquitetura de relações, interações sociais, políticas e económicas de carácter inovador, com a missão de ajudar a explicar alguns problemas atuais. São a manifestação de uma nova forma de conhecer, pensar e concetualizar a realidade social (FIALHO, 2015, p.61).

As fronteiras territoriais e limites geográfico não são mais empecilhos para organização e troca de experiências feministas. “*Recordemos que la mayor ventaja que nos aportan las tecnologías de la información y la comunicación y la cultura de lo cibernético es la posibilidad de cruzar fronteras; y no sólo espaciales. El trabajo y la comunicación en red es una de las claves que nos conviene explotar a las feministas para cruzar las fronteras*” (REVERTER, 2013, p.457). O cruzamento de fronteiras, por meio da internet, favorece a construção de redes feministas transnacionais de forma *online* ou *offline*, o que permite reivindicar direitos, convocar, articular e expor a indignação diante dos feminicídios e retiradas de direitos, por exemplo. “As redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos de experiência, poder e cultura (CASTELLS, 1999, p.497)”.

Em um relatório divulgado pelos serviços online Hootsuite e We Are Social, em 2018, foi constatado que no início de 2018 houveram “4,021 bilhões de pessoas online (53% de todas as pessoas do planeta), um aumento de 7% em relação ao ano anterior. As redes sociais são utilizadas por cerca de 3,2 bilhões de pessoas (42% de todo o mundo)” (CIRIACO, 2018). A ubiquidade do ciborgue pensada por Haraway (2009) parece ser traduzida no século XXI pelo uso massivo dos dispositivos móveis (*smartphones, tablets, notebook e smartwatch*), agregados aos sites de redes sociais, pois “(...) quase todas as pessoas que usam redes sociais o fazem também pelo smartphone: 2,9 bilhões de pessoas (39% da população mundial)” (*ibidem*).

A rede social estabelecida na internet possui suas peculiaridades, uma vez que acontecem principalmente pelos sites de redes sociais. Essas redes sociais podem estar *online* ou *offline*. Quando *online* está conectada aos sites de redes sociais, seja no computador ou dispositivos móveis, já *offline* significa estar desconectado.

Com isso, as redes sociais online tendem a ser muito mais amplas e interconectadas que as redes offline. Por conta disso, chamamos a esses laços de laços associativos, para diferenciá-los daqueles que são mantidos pela interação (Recuero, 2009). Laços associativos dependem unicamente da

associação, ou seja, do estabelecimento de uma conexão via site de rede social. Assim, as redes sociais online possuem duas dimensões: aquela emergente, derivada das efetivas conversações e interações na manutenção dos laços (que poderiam indicar laços mais fortes, nos termos de Granovetter, 1973) e aquela associativa, derivada das conexões mantidas pelas ferramentas (Recuero e Zago, 2009) (RECUERO, 2012, p.03).

Os sites de redes sociais (SRS)² são os responsáveis por reconfigurar, atualmente, a relação entre os movimentos feministas e o ciberespaço. Inclusive, lançam um novo aspecto para as redes sociais feministas, afinal “ (...) a própria organização da rede (mundial de computadores), enquanto forma social, capacita os atores de forma a agir coletivamente sem hierarquia, adaptáveis a novas topologias” (RECUERO, 2012, p.03).

A participação política feminista por meio dos sites de redes sociais favorece a concepção de ciberfeminismo social, permitindo “Unir a força das mulheres como única possibilidade de alcançar “o empoderamento” necessário para mudar as estruturas profundas do patriarcado e conseguir assim um mundo mais justo e igualitário” (DE MIGUEL e BOIX in NATANSOHN, 2013, p.74). Uma característica para garantir a criação de laços associativos entre essas mulheres é a difusão das informações, “Cruciais para o desenvolvimento dos membros nas redes sociais, no modelo de Granovetter, são as informações, basicamente porque elas possibilitam novas oportunidades, o que pode levar ao desenvolvimento, sob vários planos, de seus membros. A qualidade e a velocidade das informações são importantes para caracterizar a rede” (BOVO, 2017, p.142).

Nesse contexto, tornou-se uma característica dos atos políticos do século XXI, a exemplo do movimento #NiUnaMenos, a apropriação das TIC's, principalmente dos sites de redes sociais, para potencializar as mobilizações e construir uma rede social feminista que extrapolou o ciberespaço e ocupou as ruas sem utilizar as instâncias tradicionais de organização:

²As conexões nas redes sociais online são diferentes daquelas das redes offline, pois as conexões são também mantidas pelos sistemas, como os sites de rede social. Os sites de rede social são definidos como serviços que permitem ao ator (1) construir um perfil público ou semi-público dentro de um sistema fechado, (2) articular uma lista de usuários com quem divida uma conexão e (3) ver e percorrer sua lista de conexões e aquelas feitas por outros dentro do sistema”. (RECUERO, 2012). São considerados sites de redes sociais: Facebook, Orkut (já desativado), Twitter, Instagram e blog's. levar ao desenvolvimento, sob vários planos, de seus membros. A qualidade e a velocidade das informações são importantes para caracterizar a rede” (BOVO, 2017, p.142). Os conteúdos veiculados nos sites de redes sociais e o contato apropriado pela interface acelera a propagação informacional, impulsionando reivindicações, indignações e esperança por meio da aglutinação de pessoas no âmbito online. As “Redes sociais na Internet, portanto, são meios de comunicação emergentes, capazes de difundir informações em uma escala global por causa dessa apropriação, através dos sites de rede social” (RECUERO, 2012, p.12).

Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Uniram-se. E sua união os ajudou a superar o medo, essa emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentam para prosperar e se reproduzir, por intimidação ou desestímulo (CASTELLS, p. 10, 2013).

As redes sociais da internet funcionam como uma extensão do espaço público, já que a mesma mantém determinada verossimilhança com este local. O ciberfeminismo social de De Miguel e Boix (2013) é uma acepção que explica as novas redes sociais feministas entretecidas no ciberespaço. Dessa forma, as redes sociais de Granovetter³ traduzidas por Bovo (2017) em associação às ideias de Recuero (2012) explicam a associação dos laços sociais, demonstrando como essa dinâmica pode ser percebida no desenvolvimento do ciberfeminismo. A partir daí o movimento *#NiUnaMenos* figura como uma experiência ciberfeminista que constrói uma nova rede social feminista – diferentemente da OBN e VNS Matrix. Castells (1999, 2013) completa alinhavando como as redes de computadores, por meio da internet, podem mudar substancialmente a forma de relacionamento com o poder e cultura, impactando nos atos e manifestações políticas.

EXPERIÊNCIAS CIBERFEMINISTAS

O artigo visa problematizar o conceito e apropriação do ciberfeminismo, por meio de experiências ciberfeministas, demonstrando-o na atualidade como uma nova rede social Granovetter in Bovo (2017); Castells (1999; 2013); Recuero (2013)– tecida por feministas. Para isso faz-se um estudo de caso descritivo, com caráter indutivo, objetivando “(...) sistematizar a configuração de um caso delineando agentes, acontecimentos e situações. Trata-se de um diagnóstico de determinada situação social com as suas diversas variáveis. Não tem, portanto, a pretensão de uma análise causal, mas tão somente de reconstituição, mais ou menos panorâmica, das principais características da situação em questão” (ALMEIDA, 2016, p.64).

³Os artigos de Granovetter não encontram-se traduzidos para o português.

Três casos ciberfeministas, VNS Matrix, OBN e Ni Una Menos, foram selecionados e abordados, afim de estabelecer um comparativo e inferir as mudanças relativas às redes sociais feministas. Os coletivos e suas respectivas trajetórias são utilizados como material empírico em conjunto com fontes bibliográficas e entrevistas. As entrevistas de ativistas e militantes foram incorporadas ao artigo para denotar como as integrantes percebem o respectivo grupo e idéia de que fazem parte. Abaixo expolora-se, por meio de um estudo de caso descritivo, três experiências ciberfeministas para possibilitar a visualização da mudança paradigmática do ciberfeminismo constituindo-se, contemporaneamente, como uma nova rede social tecida pelas feministas.

VNS Matrix

A VNS Matrix – VeNuS - foi um coletivo artístico, que surgiu em 1991 (e foi extinto em 1997), na cidade de Adelaide, Austrália, seu nascimento ocorre concomitante à difusão da rede mundial de computadores, *World Wide Web* (WWW). Josephine Starrs, Julianne Pierce, Francesca da Rimini e Virginia Barratt foram responsáveis por criar uma estética feminista, amparada na contracultura, para realizar *outdoors*, jogos de computador, games, instalações de vídeo, *websites*, textos online, pornografia e códigos que subvertiam o patriarcado: irreverência, poder, ironia, guerrilhas feministas, sexualidade, humor e música eram a marca da atuação.

Elas criaram um grupo experimental de trabalho – VNS Matrix – que tinha, aprioristicamente, um único objetivo: divertir-se com a arte na intersecção com a teoria feminista de cunho francês, produzindo textos enquanto obras de arte. O primeiro de uma série desses trabalhos foi produzido em homenagem a Haraway e ao seu conceito de ciborgue, exposto no texto intitulado Manifesto para o século XXI. As propostas prioritárias do grupo – e que foram seguidas por outras feministas em diversos países – eram não apenas explorar o ciberespaço como construção de espaço de sociabilidade, de identidades, subjetividades, e sexualidades, mas principalmente pesquisar as narrativas de dominação e controle na ambientação virtual (ROCHA, p.46, 2006).

Em 1991, a VNS Matrix declara seu “manifesto boceta”, o Manifesto para o Século XXI (1991), onde se anunciam como o “(...) vírus da nova desordem mundial/ ruptura simbólica (...)”, “sabotadoras”, e afirmam que o “clitóris é um linha direta para a matriz VNS Matrix”, assim são “terminadoras dos códigos morais”, e por meio do ciberfeminismo permanecem “(...) se infiltrando, perturbando e disseminando e

corrompendo o discurso/ nós somos o futuro”. “No final de 1991, o manifesto foi a peça central de uma grande imagem em *outdoor* do mesmo nome, emoldurado por ciberfeministas, em um campo de material genético se transformando em novas representações de mulheres, gênero e sexualidade no espaço tecnológico (...)” (EVANS, 2014). O manifesto, distribuído em várias cidades australianas, foi colocado em um grande *outdoor* e na internet. Na época, a atitude ganhou notoriedade por meio das páginas de revistas e das ondas de rádio.

As ações coletivas da VNS Matrix foram elaboradas, majoritariamente, em âmbito virtual, e representavam uma estética feminista baseada na *Cunt Art* (arte de boceta) feminista da década de 1970, trazendo à tona a falta de representatividade de mulheres nas redes, *games* e tecnologia. Para as ações

Elas criavam códigos. Elas criavam websites. Elas estavam em salas de bate-papo e comunidades de texto online, como LambdaMOO. Elas contavam histórias através de códigos interativos e experiências como o jogo *All New Gen* em CD-ROM, em que a protagonista feminina lutava para defender um meio de dados industriais militares chamados "Big Daddy Mainframe". Elas acreditavam que a web poderia ser um espaço de experimentação criativa fluida, um lugar para transformar e criar em colaboração com uma comunidade global de artistas com a mesma cabeça. (EVANS, 2014).

Em 1994, lançaram a obra *Dirty Work for Slimey Girls* em *net-art*. A integrante Josephine Starrs explica que “O VNS Matrix pré data a tendência dos anos 2000 de arte de jogos no mundo artístico. Nós começamos a criar narrativas divertidas sobre nossas protagonistas femininas (...). Isso foi em 1990, muito antes da Lara Croft, quando a ideia de uma heroína em um jogo de computador nunca tinha sido ouvida (...)” (EVANS, 2014). Além disso, em 1993, o cd interativo *All New Gen* foi exibido, na Austrália e internacionalmente, como uma obra de arte independente e também como a peça central da instalação.

A VNS Matrix pode ser considerada pioneira nas ações ciberfeministas, com conteúdo *geek*, *ciberpunk* e feminista, baseado na ideia de Haraway, que em 1985 lançou o Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX (2009). Embora o manifesto de Haraway não traga a nomenclatura ciberfeminismo, o conteúdo permitiu a inspiração do termo e a criação de grupos que se reivindicavam ciberfeministas. “Apesar dos trabalhos do coletivo VNS Matrix terem sido desenvolvidos na Internet, (...) o grupo foi atuante somente até 1997, ano do I Encontro Internacional Ciberfeminista, que foi realizado em paralelo à importante

Mostra Internacional de Arte Contemporânea da Alemanha, a Documenta X” (DE FARIAS, 2015, p.44).

O I Encontro Internacional Ciberfeminista, a *First Cyberfeminist Internacional*, realizado em Kassel, Alemanha, em 1997, é considerado um marco na primeira onda ciberfeminista, a ideia era discutir as novas representações midiáticas e atuações das mulheres na/em rede, participaram “inúmeros grupos com atuações em mídiarte, ciberativismo, videoarte e também professores universitários” (LEMOS, 2009, p.77). No evento ocorreram

(...) as primeiras discussões acerca do conceito ‘ciberfeminismo’, a partir da criação do grupo Old Boys Network (OBN). Na época, o grupo era formado por cinco ciberativistas, artistas e teóricas: Suzanne Ackers, Cornelia Sollfrank, Ellen Nonnenmacher, Vali Djordjevic e Julianne Pierce, ex-membra do VNS Matrix. Cabe evidenciar que o Old Boys Network foi responsável por todas as realizações das internacionais ciberfeministas (DE FARIAS, 2015, p.44).

As 100 Anti-Teses, que indefiniam o conceito de ciberfeminismo, foram propostas na *First Cyberfeminist Internacional*. O congresso também foi marcado pela presença de poucas mulheres, o que seria uma característica dos demais encontros internacionais ciberfeministas da época. Além disso, no I Encontro Internacional Ciberfeminista surge a OBN (*Old Boys Network*), organização fundamental para ampliar a difusão do ciberfeminismo.

Old Boys Network (OBN)

A *Old Boys Network* (OBN) é um grupo de ciberfeministas, que nasce em Berlim, Alemanha, em 1997, e se consolida no I Encontro Internacional Ciberfeminista, surgindo “(...) dentro do evento como uma aliança que une através da Internet grupos de ciberativistas, artistas e teóricos, que se definem e atuam como ciberfeministas. A OBN é reconhecida como a primeira aliança formada após a Primeira Internacional Ciberfeminista” (LEMOS, 2009, p.77).

O nome da organização ‘*Old Boys Network*’ satiriza um tipo de rede masculina, em que meninos mais velhos, geralmente influentes, os ‘*older boys*’, auxiliam os mais novos. Segundo o site da OBN, o termo (...) ‘*Old Boys Network*’ is used as an idiom, a metaphor to describe an informal interrelation of men [here to be understood as synonyme for human beings of

male sex]. In this case, the Old Boys of one Network all went to the same elite school/college/university. The concern of an Old Boys Network is to support and obtain support for individual careers. Older boys in a powerful position help younger ones and stabilize their own position that way(...⁴⁴.

Esse sarcasmo seria uma primeira característica da organização fundada por Julianne Pierce (ex-integrante do *VNS Matrix*), Susanne Ackers, Cornelia Sollfrank, Ellen Nonnenmacher e Vali Djordjevic. Inicialmente

Assim como o VNS Matrix, a Old Boys Network se enquadra dentro de um panorama de experimentação ativista e estético com uma mídia, que na época ainda se encontrava em crescimento e, cada vez mais, sendo apropriada para fins comerciais. O próprio contexto de criação da OBN deve ser levado em conta. A Documenta é uma das mais tradicionais mostras de arte da Europa, e também é conhecida por apresentar trabalhos artísticos que fazem uma interseção entre arte e ativismo. Para seu crédito a OBN foi a responsável pela inserção do Ciberfeminismo no grande circuito das artes eletrônicas, ao participar de festivais como DEAF_Dutch Electronic Art Festival (2003), o ISEA_International Society Electronic Festival (2001) e o Ars Electronica (2001) (LEMOS, 2009, p.81).

A OBN também realizou trabalhos de cunho artístico ciberfeministas, com a intenção de propagar suas ideias: site (<https://www.obn.org>) em atividade até hoje, posters, textos e vídeos eram utilizados para expandir o ciberfeminismo e divulgar as internacionais ciberfeministas. Antes da *First Cyberfeminist Internacional*, a OBN apresentou-se como um grupo de mulheres responsáveis em articular, por meio de uma lista de e-mail's, a organização da I Internacional Ciberfeminista (IC), sendo a principal organizadora do evento.

Além de decidir todo o conteúdo da 1ª IC, a OBN se responsabilizou por outras. 78 demandas como hospedagem, viagens, calendários, necessidades tecnológicas, interfaces com a Nettime e a Documenta, orçamento e comunicações. Desde seu início a rede possuiu alta rotatividade de membros e pouca organização hierárquica. A aliança foi uma coalizão virtual e real de ciberfeministas sob o guarda-chuva do Ciberfeminismo. Seu objetivo era o discurso crítico em novas mídias, especialmente focando nas questões específicas de gênero (LEMOS, 2009, p.78).

As primeiras atuações e objetivos da OBN assemelham-se às ações do *VNS Matrix*, que visava um ciborgue descorporificado nas redes como pensou Haraway (2009). A “(...) indefinição para o termo ciberfeminismo como forma de manter livres as atuações e alinhamentos teóricos do grupo (LEMOS, 2009, p.79)”, assinala a

⁴⁴Apresentação sobre o significado do nome https://www.obn.org/faq/fs_faq.html. Acesso 13/02/2020.

concordância entre as duas organizações, *VNS* e *OBN*, em indefinir o conceito de ciberfeminismo no I Encontro Internacional Ciberfeminista, demonstrando como ambas possuíam alinhamentos parecidos.

Desse modo, a variedade de conteúdos e discussões artísticas e políticas, na perspectiva de criar mundos virtuais colonizando o ciberespaço, permearam desde as manifestações das australianas do VNS Matrix até esta Conferência do coletivo Old Boys Network. Ademais, esse primeiro momento do ciberfeminismo incitou debates acerca das relações de gênero e a política corporificada e interseccional do conhecimento, que posteriormente serão as bases para a segunda fase do ciberfeminismo (DE FARIAS, 2015, p.50).

Porém à longo prazo e após a primeira onda ciberfeminista⁵, a *OBN* irá diferenciar-se do *VNS* (extinto em 1997) por sua atuação, desvincilhando-se da proposta utópica do ciborgue.

Focando nas relações de gênero e tecnologia, através de suas listas de emails, site, produção de livros, protocolos e conferências, as idealizadoras do Old Boys Network se dedicaram à apropriação, criação e divulgação ciberfeminista, especialmente de uma política de dissidência ao sexismo. (...) através da sua lista de e-mail, chamada de *FACES*, e do site, trocavam informações com outras mulheres de todo o mundo interessadas em construir – *online* e *off-line* – locais de investigação, experimentação e comunicação ciberfeminista. Contudo, essa manutenção de estratégias irônicas semelhantes ao grupo VNS Matrix, evidenciadas no próprio nome do coletivo, reflete um posicionamento ambivalente, pois, mesmo conectadas e se definindo como ciberfeministas, essas mulheres apresentaram rechaço à história, prática e teoria feminista dos anos 1970, isto é, um repúdio ao feminismo da “velha guarda” (DE FARIAS, 2015, p.45).

O repúdio ao feminismo da década de 1970, é explicado pelo entendimento do grupo, na época, do feminismo como essencialista – na questão de gênero – e tecnofóbico. Mas à medida em que a *OBN* se afasta da utopia, aproxima-se de uma concepção e prática social do ciberfeminismo, alçando outras características à atuação, mostrando certa similaridade dos movimentos sociais feministas, como listas de e-mail’s, grupos de apoio e ajuda, e centros de formação tecnológica para mulheres.

Se a utopia da descorporificação no ciberespaço e do fim do patriarcado por meio das tecnologias de informação e comunicação, a ausência do debate sobre interseccionalidade, o viés apolítico e negação do feminismo “tradicional” foram

⁵Primeira onda ciberfeminista é o período compreendido pelas primeiras manifestações e ações ciberfeministas, geralmente voltadas à descorporificação do ciborgue e à ironia *geek*. Esse período se estende até a *First Cyberfeminist Internacional*.

contundentes na primeira onda, esses aspectos seriam problematizados na segunda onda e nos encontros internacionais ciberfeministas subsequentes.

Em Roterdão, Holanda, no mês de março de 1999, ocorre a II Internacional Ciberfeminista, a *Next Cyberfeminist Internacional*, organizada e articulada pela OBN, sendo um evento divisor de águas nas discussões políticas e um marco que estabelece a segunda onda ciberfeminista. Esta segunda internacional reuniu 31 participantes, e teve como objetivo colocar estratégias para um novo ciberfeminismo, com a intenção de “distinguir a visão “estreita” da primeira geração (DE FARIAS, 2015, p.55)”. Inclusive a conferência formula novamente o conceito de Ciberfeminismo, optando, dessa vez, por afirmar o que o ciberfeminismo é – já que no primeiro encontro internacional lançaram as 100 Anti-Teses sobre o que o feminismo não era.

Nesse momento, em vez de procurar um ciberfeminismo homogêneo com mulheres apenas interessadas em reunir ciberfeministas – conforme foi a Primeira Internacional Ciberfeminista – as organizadoras e participantes da segunda versão da conferência enfatizaram as diferentes relações no campo do ciberfeminismo, a partir da participação de um grupo interdisciplinar de mulheres artistas, escritoras, acadêmicas, críticas da mídia, cientistas e sociólogas (DE FARIAS, 2015, p.55).

A *Next Cyberfeminist Internacional* avançou na discussão política e prática do ciberfeminismo, inaugurando um novo ciberfeminismo. “Concentra-se, assim, nas diferenças culturais, raciais e econômicas entre as mulheres diante dos avanços e transformações dessas tecnologias, ou seja, na perspectiva de conhecimento partilhado e coletivo” (DE FARIAS, 2015, p.56). O evento

é organizado em concomitância com o festival de tactical media *Next Five Minutes* de Amsterdam. Em relação à precedente, esse encontro não é mais aberto a qualquer um que queira apresentar a própria ideia de ciberfeminismo, mas se centra sobre quatro temas bem precisos, identificados pelas organizadoras: a história do ciberfeminismo e as diversas posições teóricas em seu interior, a prática hacker, o tema do corpo e a reconsideração do gênero em relação às novas tecnologias, e enfim o ativismo ciberfeminista e a crítica ao regime pancapitalista (esta última seção, segundo as organizadoras, é a mais sacrificada por falta de tempo, mas permanece um importante guia para reflexões futuras) (TIMETO, 2019, p. 15).

Paulatinamente, as perspectivas do ciberfeminismo, expressas e compreendidas à luz do ciborgue descorporificado de Haraway (2009), se coaduanam com o uso social da internet diante das demandas feministas, e expressam uma guinada paradigmática na ação e entendimento do ciberfeminismo em um momento de expansão comercial e

(porquê não política!) da rede mundial de computadores e dispositivos. Assim, “(...) *talvez hoy mucho mejor que entonces, que el ciberfeminismo supone un ataque declarado a pilares básicos del patriarcado moderno. Y ahí, sin duda, es donde encontramos la impronta feminista*” (REVERTER, 2013, p. 453).

O debate conceitual acerca do ciberfeminismo, passa a ser substituído pela necessidade de uma identidade teórica do termo. Essa foi uma questão abordada na III Internacional Ciberfeminista, a *Very Cyberfeminist Internacional*, que ocorreu em 2001, nos dias 13 e 16 de dezembro, em Hamburgo, Alemanha. O evento organizado pela OBN

(...) tinha como objetivo as análises dos cinco anos do grupo OBN, desde a estrutura organizacional, as estratégias do sistema artístico, teórico e prático até as fronteiras entre utopias políticas, ficção científica e inovações tecnológicas (OLD BOYS NETWORK, 2001). Ademais, foram tratados também temas bastante previsíveis, que outrora foram debatidos nas duas últimas conferências: rede, híbridos de mulher/máquina, ciborgue e biotecnologias, entre outras. Mas foi a ausência de mulheres de outras culturas e perspectivas que marcou o debate acerca da importância da diversidade ciberfeminista, direcionando um olhar para a necessidade da interseccionalidade reconhecendo as diferenças culturais e ainda a corporificação dessas mulheres que tem utilizado e/ou sido ‘atingidas’ pelas TICs (DE FARIAS, 2015, p.57).

A falta de diversidade cultural, social e étnico-racial minimizou o entendimento da interseccionalidade no âmbito do ciberfeminismo, a diminuição das diferentes vozes não favoreceu a ampliação da rede ciberfeminista naquele momento. Embora, a internet apresente-se como um fenômeno desterritorializado, a discussão sobre o ciberfeminismo acontece de forma elitista: em países desenvolvidos e sob a ótica de mulheres brancas, com alto capital cultural, de classes média e alta. A polifonia apesar de ser um recurso necessário ao desenvolvimento da teoria e práxis ciberfeminista, ainda na III Internacional Ciberfeminista foi escassa para apontamentos teóricos que exprimam e revelem o feminismo contido no ciberfeminismo.

“Embora não tenha sido discutido especificadamente numa das sessões, tampouco reflita a concisão de uma definição, no relatório da terceira e última Internacional Ciberfeminista, o termo ciberfeminismo foi colocado como o ‘feminismo em relação à mídia digital’ ou ainda ‘muita coisa para muitas pessoas’” (DE FARIAS, 2015, p.59). O fato do ciberfeminismo ser expresso na *Very Cyberfeminist Internacional* como ‘muita coisa para muitas pessoas’ indica que já se aventava a possibilidade do conceito ser utilizado, talvez, como atribuição de uma rede social – construída no ciberespaço virtual e no espaço público, ambos em articulação.

Ainda assim, a II e III Internacionais Ciberfeministas expressam a segunda onda ciberfeminista, o novo ciberfeminismo, baseado em um ciberfeminismo mais feminista, menos utópico e tecnofílico. A OBN se consolidou como um coletivo e organização que conseguiu expandir o ciberfeminismo. “Após seu surgimento no ano de 1997, a OBN realizou mais um encontro internacional, a *Very Cyberfeminist Internacional* (2001), e depois encerrou suas atividades como rede e a manutenção de suas listas de e-mails” (LE MOS, 2009, p.82). O principal feito da OBN foi ter sido a principal articuladora e organizadora das Internacionais Ciberfeministas. O grupo foi determinante para ocorrência e realização dessas conferências. Vale frisar que trata-se de uma organização que também guarda, por meio do seu site, a memória, discussões e compila os documentos, protocolos e manifestos que houveram nas internacionais ciberfeministas.

Destaca-se sobre a VNS Matrix e OBN que de “(...) *un punto de vista histórico, el ciberfeminismo se ha desarrollado en dos direcciones: por un lado, el activismo político radical de Sadie Plant y de VNS Matrix, y por otro, el trabajo más moderado de la Old Boys Network (un consorcio de ciberfeministas integrado principalmente por europeos) y el de la comunidad de correo electrónico FACES*” (GALLOWAY, 1997).

Essas primeiras experiências em torno do Ciberfeminismo denotam um determinismo tecnológico, uma utopia tecnocientífica e ciborguiana descorporificada que tornaram-se expressões estéticas numa perspectiva de ironizar, problematizar o patriarcado e a relação de poder presentes nas TIC's, indústria de jogos eletrônicos e laboratórios de informática. Baseando-se na leitura do Manifesto Ciborgue (2009), de Donna Haraway, que, embora possua elementos valiosos para incorporar à atividade política das mulheres por meio da internet, torna a subversão em rede uma ironia utópica a partir da concepção da ontologia do ciborgue.

Sin embargo, si esa intertextualidad no sale del texto virtual puede llevar no sólo a que no se generen cambios en el mundo material, sino que incluso nuestro exilio de este mundo acabe por legitimarlos. Y esta es precisamente la tesis más importante que quiero defender aquí: la necesidad de la implicación de lo virtual con lo material para poder establecer un ciberfeminismo con conciencia política, es decir, feminista (REVERTER, 2013, p. 457-458).

Enquanto as Internacionais Ciberfeministas e teóricas ciberfeministas permaneceram em debate sobre o conceito de ciberfeminismo, construindo negações e afirmações, o que o mesmo não é ou é, os movimentos sociais feministas experienciaram a internet por meio do

(...)“ciberfeminismo social” - seu desenvolvimento se produz historicamente em paralelo aos trabalhos de VNS Matrix e OBS e culmina com a conexão aos movimentos antiglobalização neoliberal e aos grupos de ativistas em defesa dos direitos humanos, estabelecendo pontes entre estes movimentos e o feminismo e proclamando o uso estratégico de novas tecnologias e do espaço virtual na transformação social. (DE MIGUEL E BOIX in NATANSOHN, 2013, p. 57).

Portanto, a internet mostra-se como um importante meio de comunicação, um meio material para aglutinar e propagar o feminismo, colocando uma nova ferramenta e interface para ações e demandas feministas. A partir daí uma nova rede social feminista pode ser tecida: o ciberfeminismo.

#NiUnaMenos: feministas tecem uma nova rede

As primeiras experiências ciberfeministas evocaram uma ideia ciborguiana para definir a concepção, ações e estratégias dos grupos ciberfeministas. O *harckativismo*, a ironia, a informática, *geek*, *cyberpunk* e artística se sobrepuseram no ciberfeminismo executado pela *VNS*, *OBN*, artistas e teóricas.

Em meados da década da 1990, aos poucos, as feministas migram para a internet, por meio dos correios eletrônicos que permitem a troca de informações e participações em tempo real. A IV Conferência Mundial de Mulheres em Pequim inaugurou esta nova interface entre as feministas:

Os primeiros passos se situam no debate, através de listas de correio eletrônico, das posições que os grupos de mulheres querem trasladar à IV Conferência Mundial de Mulheres e o processo culmina em setembro de 1995, em Pequim, onde uma equipe de 40 mulheres de 24 países assegura formação e apoio a 1.700 usuárias criando um espaço eletrônico com informação das ONGs presentes na China, em 18 idiomas, que contabilizou 100.000 visitas em sua página web. Pela primeira vez, e sem estar presentes fisicamente na China, mulheres de todo mundo puderam fazer o rastreamento online dos trabalhos da Conferência e expressar suas opiniões em tempo real (DE MIGUEL e BOIX in NATANSOHN, p.69, 2013).

Diante dessa apropriação da internet pelos movimentos sociais feministas, o conceito de ciberfeminismo demonstra uma guinada prática com a popularização dos dispositivos móveis e o uso massivo da internet. O ‘ciberfeminismo social’ (DE MIGUEL E BOIX, 2013) alcança mais penetração entre as mulheres diante da popularização dos sites de redes sociais (SRS). Esses conferem à internet determinada

verossimilhança com o espaço público: conversação, engajamento, participação, responsividade e interação entre os atores *online* e *offline*.

Para compreender como a interface internet e movimentos sociais feministas podem interagir e produzir efeito observam-se os dados em relação ao aumento de usuários da internet. Em um levantamento estatístico foi constatada “a evolução anual do número de usuários da Internet no mundo de 2005 a 2019. Durante esse período, o número de usuários da Internet cresceu gradualmente, atingindo mais de 4.100 milhões em 2019. Esse valor representa um aumento de mais de 100 milhões em relação ao ano anterior” (FERNADEZ, 2020). Já dados da ONU apontam que a “estimativa é de que a proporção de todas as mulheres que usam a Internet globalmente seja de 48%, contra 58% de todos os homens” (ONU, 2019). A ONU revela que a disparidade digital do acesso à internet persiste. Porém, os números evidenciam o grande acesso mundial à internet, aspecto positivo para a tessitura das redes sociais feministas.

Explora-se nas linhas abaixo a experiência ciberfeminista do movimento *#NiUnaMenos* para evidenciar as diferenças do antigo⁶ ciberfeminismo, que possuía pouca penetração por meio das atuações, exemplificadas nesse artigo, pela *VNS* e *OBNS*, e a nova techedura ciberfeminista baseada no uso dos dispositivos móveis, sites de redes sociais e massificação da internet, como recursos para os movimentos sociais feministas. O movimento *Ni Una Menos* surge na Argentina em 2015, com o intuito de denunciar o machismo e violência contra a mulher em meio ao aumento dos números de feminicídios no país.

O coletivo, que possui atividade até os dias atuais, tem seu nome inspirado em um trecho do poema de Susana Chávez⁷ “*Ni una muerta más*”, tornando-se no contexto

⁶Essa proposição que abarca um ciberfeminismo mais antigo e outro mais contemporâneo também é tratada por Fernández e Wilding (2006) como “primeira” e “segunda” onda do ciberfeminismo. A primeira – considerada o “ciberfeminismo velho” – é marcada pelo surgimento do termo ciberfeminismo, cunhado simultaneamente pelo coletivo artístico australiano VNS Matrix e pela teórica britânica Sadie Plant (...). Já o “novo” ciberfeminismo, que seria a segunda onda, evidenciada no início do século XXI, teve como marco a Segunda Conferência Internacional Ciberfeminista – Next Cyberfeminist Internacional (...). Neste evento, orientações mais críticas evidenciaram os complexos efeitos das tecnologias digitais sobre muitos aspectos da vida de mulheres, “promovendo o desenvolvimento de um ciberfeminismo corporizado e politicamente comprometido” (FERNÁNDEZ e WILDING, 2006, p. 5), diferentemente da proposta utópica de um ciberespaço inerentemente feminino proposto na primeira fase (DE FARIAS, 2015, p.39-40).

⁷Susana Chávez é uma “poetisa mexicana foi uma das primeiras a denunciar os feminicídios recorrentes de mulheres na Cidade de Juárez, visto que na década de 1990 o tema não era conhecido para a maioria da população. As vítimas eram em sua maioria: adolescentes, jovens e pobres que trabalhavam como funcionárias fabris, garçonetes ou eram estudantes. Muitas delas eram sequestradas, privadas de sua liberdade e submetidas a violência sexual antes de serem assassinadas e seus corpos mutilados. Na maioria dos casos as mulheres vítimas nunca eram encontradas deixando sua família sem saber onde estavam e o que tinha acontecido. Susana utiliza seu blog como canal de denúncia, na qual se manteve firme e

argentino *Ni Una Menos*. Suas ações, num tom poético, são explicadas e baseadas em “*Acciones intempestivas, intentos de rasgar la cotidianidad, puestas en escena performáticas, nuestros cuerpos gritando lo que no quieren y lo que afirman, crítica material y coreografía múltiple. Banderas que irrumpen en monumentos, que desconciertan a transeúntes, ritos de conjura y de pelea, la presencia como signo y alarido, imágenes del activismo, quehacer de la rebelión*” (NI UNA MENOS, 2017). O *Ni Una Menos* convoca e participa de diversas assembleias, ações e já produziu cerca de 28 manifestos sobre a situação da mulher e assuntos conjunturais contemporâneos.

As principais reivindicações do movimento *Ni Una Menos* pautavam a regulamentação e efetivação da LEI nº 26.485, e criação de espaços institucionais que sanassem essas demandas:

1. Instrumentação na sua totalidade e com a alocação orçamentária de acordo com a LEI nº 26.485 “Lei de Proteção Integral para Prevenir, Punir e Erradicar o Violência contra as mulheres nas áreas em que elas desenvolvem seus relacionamentos interpessoais”(...);
 2. Compilação e publicação de estatísticas oficiais sobre a violência contra as mulheres, incluindo taxas de feminicídio.
 3. Abertura e funcionamento total dos Escritórios de Violência Doméstica do Tribunal Justiça Suprema em todas as províncias (...);
 4. Garantias para a proteção das vítimas de violência. Implementação de monitoramento eletrônico de autores (...);
 5. Garantias para o acesso das vítimas à justiça. Atenção de pessoal treinado para receber reclamações em cada promotor e em cada delegacia. Vincular as causas das jurisdições civis e criminais. Patrocínio legal gratuito às vítimas durante todo o processo judicial (...);
 6. Garantias pelo cumprimento do direito da criança com patrocínio legal especializado e treinado no assunto.
 7. Criação de mais Lares/Abrigos em caso de emergência, Lares para vítimas e auxílio-moradia (...);
 8. Incorporação e aprofundamento em todos os currículos educacionais dos diferentes níveis da educação sexual integral (...);
 9. Treinamento obrigatório em matéria de violência sexista para funcionários do Estado, agentes de segurança e operadores judiciais, bem como profissionais que trabalham com o tema da violência em diferentes escritórios oficiais (...)
- (NI UNA MENOS, 2015).

constante. Durante anos ela bateu todas as portas possíveis para obter informações, apareceu nos tribunais e visitou todos os cantos da cidade procurando os corpos dessas meninas, a maioria dos quais foram encontrados em valas comuns, estupradas, mutiladas e irreconhecíveis(...)”. A poetisa também “(...)se une ao movimento feminista e com grupos de mães das mulheres assassinadas, para cobrar do Estado soluções para os casos. Sua mobilização passa a ter a cobertura dos meios de comunicação dando visibilidade ao movimento (...). Contudo, no dia 6 de janeiro de 2011, depois de 10 anos lutando pelos direitos humanos e das mulheres, Susana foi brutalmente assassinada por três jovens de 17 anos que a estupraram, mutilaram sua mão esquerda (uma forma de marcar que foi por narcotraficantes) e a asfixiaram com uma sacola na cabeça deixando-a abandonada no centro da cidade” (SILVA, 2019,p.24-28).

A primeira atividade do coletivo *Ni Una Menos* foi uma maratona de leitura para mobilizar e denunciar o aumento na estatística dos casos de feminicídios.

Em 26 de março de 2015, a primeira atividade foi realizada com o slogan *Ni Una Menos*. Um grupo de escritores, ativistas, pesquisadores e jornalistas, convocamos na Praça do Museu do Livro e da língua, da Biblioteca Nacional, para fazer uma maratona de leituras contra feminicídios. Por três horas, lemos os textos nossos e de outras pessoas, ouvimos parentes das vítimas, incluindo os escritos que eles deixaram. Era uma espécie de lareira, de primeira confusão em que nos reconhecíamos, de produzir, com nossos corpos e palavras, uma nova hospitalidade para a dor que passava por nós. Cansados de contar mortos, irados contra o tratamento mediático dos crimes, que não deixaram de culpar as vítimas, decidimos romper a cumplicidade machista (*NI UNA MENOS*, 2015).

Gabriela Comte, organizadora e integrante do *Ni Una Menos*, relata como se deu o uso das redes sociais e o processo de visibilidade midiática nesse encontro do coletivo:

“Esto empezó en la Biblioteca Nacional, a partir de un pequeñísimo grupo. María Pía nos mandó un mensaje a cinco o seis que habíamos ido o ayudado en una lectura contra el aborto. Había escritores de todo tipo. Ella nos propuso que hiciéramos algo. A partir de ahí, las cinco que estábamos en ese mail armamos el grupo de Facebook y empezamos a invitar gente. Ese año yo había sacado la biografía de Susana Trimarco y un libro de Mariana Carbajal sobre violencia de género que se llama Maltratadas. Y soy amiga de Hinde Pomeraniec, estábamos empezando a pensar un libro juntas. Entonces les dije: ‘Miren, puedo convocar algunas periodistas que van a darnos una mano con la difusión del evento’. Antes había sido más entre intelectuales y escritores. Había que abrirlo un poco más. Ahí les avisé a Hinde y a las chicas. Mariana llevó a la TV Pública, Hinde la convocó a Ingrid y a otras periodistas que yo no conocía tanto” (DÍAZ E LÓPEZ, 2016, p. 15).

Em 2015, acontece a primeira grande manifestação do *Ni Una Menos*, em decorrência da morte de Chiara Páez, 14 anos. A adolescente grávida foi assassinada pelo namorado, de 16 anos, que a enterrou nos fundos da casa dos avós com ajuda dos pais. Por meio do site de rede social Twitter, a *hashtag* #NiUnaMenos foi

(...)convocada pela jornalista Marcela Ojeda, o movimento tomou corpo e voz e culminou em uma primeira manifestação pública convocada para o dia 3 de junho de 2015 na frente da praça do congresso na Argentina, contando com mais de 200 mil pessoas. De acordo com os organizadores, em sua página oficial, ocorreram diversas manifestações concomitantes em mais de 200 localidades da Argentina, além de contar com o apoio de manifestantes simpatizantes da causa pelo mundo todo; em três meses, a página do Facebook *Ni Una Menos* alcançou mais de 219 mil curtidas (GABARDO E LIMA-LOPES, 2018, p.45).

Segundo entrevista de Gabriela Comte, organizadora e membra do *Ni Una Menos*, pode-se inferir que havia a intenção inicial de fazer uma manifestação nos parâmetros da maratona de leitura, mas o tuíte disparado por Marcela Ojeda mudou a dimensão do ato: *“Estaba la intención de seguir lo que había pasado en la biblioteca. Y cuando Marcela pone ese famoso tuit, ya había algo en realidad. Pero disparó hacia otro lado. Se armó un grupo de tuiteras, donde están Sole, Hinde. Yo había convocado a algunas de ellas y ellas habían convocado a las demás. Y otro grupo es el original, el de María Pía. A ese grupo también empezó a sumarse otra gente”* (DÍAZ E LÓPEZ, 2016, p. 15).

O ato de Junho de 2015 (3J) alcançou vários países, como Chile e Uruguai, e localidades argentinas. O ato do 3J se consolidou no calendário de lutas do coletivo *Ni Una Menos*, como sendo uma data que “(...) sela o compromisso de construir um movimento transversal e poderoso, constituído por redes políticas de afeto e solidariedade, porque é a vida que está em jogo” (NI UNA MENOS, 2015). Então, segundo o site da organização, “Desde 2015, todo día 3 de junho, damos um grito poderoso e feroz. Centenas de milhares de pessoas estão na rua para serem a voz daqueles que não a têm mais, vítimas de violência femicida (...)” (NI UNA MENOS, 2015).

Em 2016, o *Ni Una Menos* se estende ainda mais para além das fronteiras. Nesse mesmo ano, o feminicídio de Lucía Perez – adolescente de 16 anos, que foi drogada, violentada, empalada e morreu após ser levada ao hospital por dois homens, seus algozes. Esses lavaram seu corpo e trocaram suas roupas antes de deixá-la desacordada para atendimento médico, alegando que a adolescente teria sofrido uma overdose de cocaína – em outubro de 2016, mobiliza o #NiUnaMenos, lançando a primeira greve nacional de mulheres:

“Decidimos parar frente al crimen de Lucía Pérez y contra la represión en Rosario porque nos convocamos antes en asamblea. Fue un llamado espontáneo al que respondieron muchas, reunidas en organizaciones o independientes, con la fragilidad compartida y el deseo de decir ¡Basta! Decidimos usar esa herramienta, la del paro, inspiradas en el Paro de Mujeres que se había realizado en Polonia el 3 de octubre de ese mismo año para resistir las reformas legales que se proponían para restringir el acceso al aborto. Pero sobre todo, decidimos parar porque frente a la represión y el femicidio de una adolescente que nos decían que nuestros cuerpos no valen, entonces dijimos: produzcan sin nosotras” (NI UNA MENOS, 2016).

Anterior a Greve Nacional e após o feminicídio de Lucía, “(...)100 mil mujeres habían marchado en Rosario, al cierre del XXXI Encuentro Nacional de Mujeres, demandando

con sus cuerpos en la calle por el fin de la violencia patriarcal, el derecho al aborto legal, seguro y gratuito (...). Y habían sido reprimidas brutalmente las fuerzas de seguridad” (NI UNA MENOS, 2016). A Greve Nacional foi inspirada na greve das mulheres polonesas. No outro lado do mundo⁸, no mesmo mês, milhares de polonesas vestiram preto no evento conhecido como Segunda-feira Negra, e pararam suas atividades por um dia inteiro. Na Polônia, a pressão era contra um projeto que endureceria a legislação sobre a interrupção da gravidez. O movimento das mulheres polonesas foi noticiado no mundo todo e o parlamento desistiu da ação. Na Argentina, no dia 19 de Outubro (19O), todas vestiram preto também, por isso o dia foi chamado de ‘Miercércoles Negra’ (Quarta-feira Negra). Houveram protestos em outros países da América Latina, a exemplo de Peru, Chile, Bolívia e Brasil, “(...) os grupos *Not One Less* nasceram no Chile, na Costa Rica, na Bolívia, na Alemanha e na Áustria. A ação que implantamos foi registrada na imprensa de todos os continentes” (NI UNA MENOS, 2018).

A greve argentina, que se alastrou por outros países, foi um marco para os feminismos transnacionais, sendo “(...) a primeira greve de mulheres na história da Argentina e da América Latina. Foi chamado para parar por uma hora, em todos os espaços possíveis: trabalho, educação, casa, bairros, etc. A mobilização subsequente foi realmente enorme: mais de 250 mil pessoas em Buenos Aires e marchas que se juntaram por todo o país. A América Latina rapidamente se conectou à greve” (NI UNA MENOS, 2018). A partir dela houve um intenso diálogo para o Paro Internacional de Mulheres, no 8 de março, dia internacional de lutas das mulheres, popularizado pela *hashtag* #8M.

Para criar a aliança feminista, as organizadoras polonesas entraram em contato com mulheres na Coréia do Sul, Rússia e Argentina. Dessa forma, a força de mobilização e experiência do *Ni Una Menos* articulou-se às realidades feministas da Coréia, Rússia e Polônia. Foi o início da gestação da Greve Internacional de Mulheres⁸, que ganhou ainda mais força após a Marcha das Mulheres de Washington (EUA)⁹, e

⁸Sobre o desenvolvimento de uma aliança feminista, que gerou a Greve Internacional de Mulheres: <https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>; no site Ni Una Menos <http://niunamenos.org.ar/redes/la-internacional/mapa-8m/como-se-fue-tejiendo-el-paro-internacional-de-mujeres-8m/>; e no manifesto do 19O (19 de Outubro) <http://niunamenos.org.ar/quienes-somos/19-o/> Acesso 13/02/2020.

⁹“A Marcha das Mulheres nos Estados Unidos, em 21 de janeiro, faz parte desse ciclo em que uma nova forma de feminismo é evidente: o movimento de mulheres, trans e migrantes desafia ser submetido ao império das novas formas de exploração capitalista. Após essa marcha, também há uma chamada de seus organizadores para ingressar no dia 8 de março” (NI UNA MENOS, 2018).

culminou no 8 de março de 2017 (#8M), com chamadas de paralisação das atividades profissionais e também do trabalho doméstico feminino em pelo menos 55 países.

Em texto de 2018, o *Ni Una Menos* mostra a tecedura do *Paro Internacional de Mujeres*, descrevem o feminicídio de Lucía e o 19O (19 de Outubro) “(...)logró conectar las violencias machistas con los modos de violencia y precarización laborales, económicos, sociales y territoriales y denunciarlos como una renovada “pedagogía de la crueldad” sobre el cuerpo de las mujeres (en una escena con ecos coloniales innegables)” (NI UNA MENOS, 2018). Destaca-se que no *Paro Internacional* os aspectos do trabalho produtivo do gênero feminino foram pautados, além dos direitos reprodutivos e violência contra a mulher.

Ainda nesse mesmo texto, que evidencia a tessitura das redes do #NiUnaMenos, o coletivo deixa claro como

A organização de assembléias, eventos e mobilizações para 25 de novembro (aproveitando outra nomeação do calendário das mulheres: o dia do repúdio à violência contra as mulheres) **acelerou um trabalho de conexão cruzada entre muitos países, transbordando as iniciativas usuais da data. Vimos que havia uma geografia que ia de Ciudad Juarez a Moscou, de Guayaquil a Varsóvia e San Pablo, de Roma a San Salvador de Jujuy. O tecido local e global produziu um novo tipo de internacionalismo que foi visto nas redes e nas ruas. Uma nova prática do internacionalismo feminista.** (NI UNA MENOS, 2018. Grifo meu.).

Nessa perspectiva, o Ni Una Menos demonstra ser 1) rede interseccional, pois acreditam que estão “(...) em um processo de acumulação de um novo tipo: onde as lutas ressoam e funcionam, tornando-se fortes a partir da interseccionalidade” (NI UNA MENOS, 2018); 2) rede social feminista, que se apropria da internet para conectar seus membros, já que “O tecido local e global produziu um novo tipo de internacionalismo que foi visto nas redes e nas ruas” (NI UNA MENOS, 2018); 3) transnacional, porque mantém, em certa medida, em seus atos e articulações “(...)uma geografia que ia de Ciudad Juarez a Moscou, de Guayaquil a Varsóvia e San Pablo, de Roma a San Salvador de Jujuy.” (NI UNA MENOS, 2018). Afinal,

Do ponto de vista prático, o Ni Una Menos é considerada uma rede feminista e ciberfeminista transnacional, abrangendo entre 2014-2015, desde o lançamento da campanha digital #NiUnaMenos: (i) 138 mobilizações de protesto na Argentina e 110 em outras cidades latino-americanas; (ii) mobilizações digitais nas redes sociais, através da hashtag #NiUnaMenos e produções artísticas, alcançando a categoria de assuntos mais comentados na região durante o período de 23 dias de convocatória aos protestos do dia 3 de junho de 2015; (iii) a formação de uma network de luta contra a

violência de gênero na América Latina, composta por mais de 834 organizações, entre ONGs, movimentos feministas do continente e Organizações Internacionais, com especial ênfase à Rede Chilena Contra a Violência; Levante Libertária (Chile); Grupo de Mulheres Pão e Rosas (Uruguai); Nossas Filhas de Volta a Casa (México); o Ni Una Más Yucatán (México); a coalizão contra violência de gênero promovida pela Agencia de Cooperación Internacional de Chile para el Desarrollo (AGCID); ao apoio público da ONU Mulheres Argentina; ONU Mulheres Equador; ONU Mulheres México; e na menção de apoio à campanha Ni Una Menos no relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU (2016) em recomendações oficiais ao Estado Argentino (ONU MULHERES, 2016; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE, 2016; OLSSON, 2017; EL PAÍS, 2015) (MARQUES, 2019, p.74).

Pode-se inferir, dentro desse contexto, que o coletivo é de cunho 4) ciberfeminista, pois o movimento ascendeu para além das fronteiras diante do engajamento de mulheres por meio das redes sociais – propagação de mensagens via WhatsApp, grupos e fanpage no Facebook e Instagram –, e utiliza-se da internet, mídias digitais e sites de redes sociais como estratégia para propagar, agitar politicamente, engajar e articular. Além de possuir um site próprio para veicular informações sobre o coletivo. O Ni Una Menos aposta “(...)no sólo a la coordinación virtual, sino a un paciente tejido cuerpo a cuerpo y en las calles. Abrimos interlocuciones y trabajamos cotidianamente en la construcción de redes con todos los países de América Latina y de otras latitudes” (NI UNA MENOS, 2018).

A atuação do Ni Una Menos possui aspectos de uma rede social transnacional e ciberfeminista, onde a prática do novo ciberfeminismo e de um ciberfeminismo social são fortalecidos. Voltando-se aos aspectos políticos e cotidianos da mulher em conjunto com uso das tecnologias de informação e comunicação. O ciberfeminismo deveu

(...) sua consagração como fenômeno principalmente estético no seu duplo componente teórico e prático se deve, por sua vez, aos três meeting organizados entre o final dos anos noventa e o início dos anos dois mil pelo grupo Old Boys Network (OBN). Ainda que não esconda a sua derivação do feminismo ciborgue de Haraway, o primeiro ciberfeminismo contribui ao mau entendimento, quando não à deturpação desta herança, a partir do momento em que privilegia quase exclusivamente a teoria sobre a configuração híbrida da identidade, deixando de lado o **componente político e situado** (TIMETO, 2019, p. 09. Grifo meu.).

“(...) tener un feminismo de base popular e internacional, no nacional. Estamos en red con grupos de México, Perú, Brasil. Hay una movida internacional que hay que llevar por el lado de una lucha anticapitalista radical. El patriarcado es la base del capitalismo, tal como se construyó en los siglos XIII y XIV. No es una cosa aleatoria. Es una lucha que empieza por la desigualdad

de género, pero trabaja contra toda desigualdad. La desigualdad de género es la primera” (Cecilia Palmeiro, organizadora)” (DÍAZ E LÓPEZ, 2016, p. 16), a fala da integrante do coletivo Ni Una Menos mostra como a prática ciberfeminista consegue realocar elementos políticos em uma lógica que influencia e potencializa a mobilização por meio do ciberespaço, problematizando questões em torno do gênero e alargando horizontes para mudanças sociais.

CONCLUSÃO

De Donna Haraway, passando pela práxis da VNS e OBN, chegou-se até a atuação do coletivo *Ni Una Menos*. Os coletivos foram comparados para inferir uma mudança paradigmática no conceito, demonstrando, de acordo com a noção de ciberfeminismo social de De Miguel e Boix (2013), como o ciberfeminismo atualmente assume outro contexto diante do uso e apropriação dos sites de redes sociais. Observa-se o ciberfeminismo social pela empiria do Ni Una Menos, colocando-o, por meio de sua trajetória e atuação, como uma possibilidade real de rede social feminista – que envolve e cria laços entre àquelas que ousam entretece-la.

O conceito de ciberfeminismo passou por diferentes significados, expressando a ideia de cada momento em que foi utilizado. De forma dialética, a acepção passou a ser empregada conforme a prática ciberfeminista adotada, representando o contexto histórico da época. As experiências relatadas denotam essa mudança.

A intenção desse artigo foi gerar uma contribuição que permita observar os atuais processos de mobilizações feministas sob a ótica da evolução das práticas ciberfeminista alinhavada à transformação e sua apropriação social em conjunto com as TIC's. Portanto, esse artigo alcança o objetivo de contribuir para o debate contemporâneo sobre o ciberfeminismo e seu uso para alcançar a participação política e engajamento de mulheres. No atual momento histórico, a dicotomia entre o público e privado, que em outrora representou um empecilho para articulação política feminista, parece ser minimizada com o uso massivo da internet e dos sites de redes sociais, permitindo avançar na aproximação, para além das fronteiras, das mulheres às pautas e demandas do gênero, produzindo transformação social.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Ronaldo. Estudo de Caso: foco temático e diversidade metodológica. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS, Jaime (Org.). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016
2. BOVO, Cassiano. A contribuição da teoria da rede social, de mark granovetter, para a compreensão do funcionamento dos mercados e da atuação das empresas. *Revista Pensamento e Realidade*, v. 29, n. 3, 2017.
3. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
4. CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
5. CIRIACO, Douglas. *Mais de 4 bilhões de pessoas usam a internet ao redor do mundo*. Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/126654-4-bilhoes-pessoas-usam-internet-no-mundo.htm>. Acesso em: 17 janeiro 2020.
6. DE FARIAS, Leidiane. *Experiências ciberfeministas no Brasil*. 2015. Dissertação - Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, UFBA, Bahia, 2015.
7. DE MIGUEL, Ana; BOIX, Montserrat. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In: Natansohn, Graciela (Org.). *Internet em código feminino. Teorias e práticas*. Buenos Aires: La Crujía, 2013.
8. DÍAZ, Noelia.; LÓPEZ, Alejandro. *Ni una menos: el grito en común*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicación Social) - Facultad de Periodismo y Comunicación Social, Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires, 2016.
9. DONNA, Haraway; KUNZRU, Hari; TADEU, Thomaz, *Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
10. EVANS, Claire. *História oral das primeiras ciberfeministas*. 2014. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/ezbyq4/um-historia-oral-das-primeiras-ciberfeministas. Acesso em: 26 de Junho de 2019.

11. FERNANDEZ, Rosa. Número mundial de usuários de internet. Espanha: 2020. Disponível em: <https://es.statista.com/estadisticas/541434/numero-mundial-de-usuarios-de-internet/#statisticContainer>. Acesso em: 17 janeiro 2020.
12. FERNANDEZ, Maria; WILDING, Faith. Situating Cyberfeminisms. In: Fernandez, Maria (Org). *Domain Errors!: Cyberfeminist Practices*. Autonomedia, 2002. Disponível em: http://www.refugia.net/domainerrors/DE1a_situating.pdf. Acesso em: 17 janeiro 2020.
13. FIALHO, Joaquim. Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXIX, Porto, Portugal. 2015. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13338.pdf>. Acesso em 30 de novembro 2019.
14. GABARDO, Maristella; LIMA-LOPES, Rodrigo. E. Ni una menos: ciência das redes e análise de um coletivo feminista. *Revista Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 5, n. 3, p. 44-58, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982019000400801#B7. Acesso em: 15 janeiro. 2020.
15. LEMOS, Marina. *Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em redes eletrônicas*. 2009. Dissertação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
16. MARQUES, Brenda. A atuação do movimento Ni Una Menos como rede (feminista) de ativismo transnacional na luta contra a violência de gênero na Argentina (2014-2016). *Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais*, v.18 n.35,62-87, 2019. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/17959>. Acesso em: 10 de dezembro 2019.
17. NI UNA MENOS. *Ni una menos*. Argentina: 2015, 2016, 2017, 2018. Disponível em: <http://niunamemos.org.ar/nos-mueve-el-deseo/acciones/maraton-de-lectura/>. Acesso em: 19 janeiro 2020.
18. OBN. *Documento Next Cyberfeminist Internacional*. Hamburgo: Alemanha, 1999. Disponível em: https://www.obn.org/obn_pro/downloads/reader2.pdf. Acesso em: 15 janeiro 2020.
19. ONU. *Estudo da ONU revela que mundo tem abismo digital de gênero*. Brasil, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693711> . Acesso em: 17 janeiro 2020.

20. PLANT, Sadie. *Zero e Uns. Mulheres digitais*. Nova York: Doubleday, 1997.

Disponível em

https://monoskop.org/images/1/17/Plant_Sadie_Zeros_and_Ones_Digital_Women_and_the_New_Technoculture_1997.pdf. Acesso em: 26 de junho 2019.

21. ROCHA, Cristina. Expressões do ciberfeminismo na contemporaneidade. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v.02, n.03, 2006. Disponível em

<https://periodicos.utfrpr.edu.br/rts/article/view/2484>. Acesso em: 15 de janeiro 2020.

22. REVERTER, Sonia. Ciberfeminismo: de virtual a político. *Tecnokultura*, v. 10, n. 2, p. 451-461, 2013. Disponível em

<http://repositori.uji.es/xmlui/bitstream/handle/10234/84352/159-752-2-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 janeiro 2020.

23. RECUERO, Raquel. A rede é a mensagem: Efeitos da Difusão de Informações nos Sites de Rede Social. In: Eduardo Vizer. (Org.). *Lo que McLuhan no previu*. Buenos Aires: Editorial La Crujía, 2012.

24. RICOLDI, Arlene; Olívia, PEREZ. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. In Anpocs, 42º Anual da Anpocs, Caxambu. *Anais do Encontro*, 2018. Disponível em:

<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt08-27/11177-a-quarta-onda-do-feminismo-reflexoes-sobre-movimentos-feministas-contemporaneos?format=html&path=42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt08-27/>. Acesso em: 26 de junho 2019.

25. SILVA, Camila. “Nenhum poema a menos”: a vida de Susana Chávez contada a partir da teoria ator-rede. Articulações e desafios. *Revista Aurora*, v.12, n.01, 2019. Disponível em:

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/8882>. Acesso em: 05 de fevereiro 2020.

26. TIMETO, Federica. Por uma teoria do ciberfeminismo hoje: da utopia tecnocientífica à crítica situada do ciberespaço. *Porto Arte: Revista de Artes Visuais*, v.24, n.40, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2179-8001.95974>.

Acesso em: 02 de fevereiro 2020.

27. VNS MATRIX. *Manifesto VNS Matrix*. Adelaide: Austrália, 1991. Disponível em:

<https://vnsmatrix.net/projects/the-cyberfeminist-manifesto-for-the-21st-century>. Acesso em: 28 out. 2019.